



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O DOCUMENTO.

Francisco Nilton Gomes de Oliveira

Resumo

O presente artigo objetiva tratar questões relacionadas ao Projeto Pedagógico Institucional- PPI. As dificuldades e desafios enfrentados dentro das Instituições de Ensino Superior- IES, as mudanças que vêm ocorrendo na vida social e produtiva colocam as instituições universitárias a novos desafios educacionais. O Projeto Pedagógico Institucional – PPI é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que define diretrizes para as práticas acadêmicas e administrativas das IES. Metodologicamente o texto foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, realizado através de leituras sobre o tema, por meio de relatórios e livros. Conclui-se que o Projeto pedagógico Institucional é um documento utilizado para atender as necessidades impingidas pelo Ministério da Educação- MEC, partes das Instituições de Ensino Superior-IES seguem seus planejamentos acadêmicos e administrativos sem levar em considerações requisitos básicos que constam no PPI. Tal fato é decorrente de um documento mal elaborado, técnico e pouco orientativo para os gestores universitários.

Palavras Chaves: projeto pedagógico institucional, ensino superior e gestão universitária

I. Introdução

Durante minha caminhada como avaliador de curso de graduação e tecnológico pelo Ministério da Educação/MEC/INEP, nas minhas vivências práticas em gestão universitária, observo que as IES têm encontrado dificuldades em elaborar documentos básicos que servem de suporte para as estratégias de planejamento nas Instituições de Ensino Superior (IES). Percebo que o documento muitas vezes é elaborado para atender uma exigência do Ministério da Educação, não apoiando as conduções de trabalho dos gestores nas Instituições. O Projeto Pedagógico Institucional – PPI é o enfoque principal deste paper que objetiva discutir questões reflexivas sobre o documento.

O texto enfoca uma discussão sobre a dimensão acadêmica, as dificuldades e desafios enfrentados dentro das Instituições de Ensino Superior, bem como se debruça numa leitura oriunda aos processos administrativos. Essa relação é fruto das variações epistêmicas e sócio-institucionais que vêm ocorrendo nos dias atuais; como apontam Goergen (2000), ao colocar em questão os pilares sobre os quais se fundou a universidade moderna – o Estado e a Razão -, as mudanças que vêm ocorrendo na vida social e produtiva colocam para as instituições universitárias o desafio de reorientar-se no novo contexto.

Compreendo que o Projeto Pedagógico Institucional – PPI é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que define diretrizes para as práticas acadêmicas e administrativas das Instituições de Ensino Superior (IES). É um compromisso da Instituição com a sociedade local, regional e nacional, declarando sua identidade institucional; uma explicitação da linha filosófico-pedagógica que fundamenta todos os cursos, programas e projetos na direção de afirmar o princípio do funcionamento orgânico da Instituição. (GOERGEN, 2000).

II .Referencial teórico

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI norteia a realização da missão institucional, na medida em que estabelece os parâmetros de condução das atividades acadêmicas e apresenta políticas institucionais compostas por um conjunto de estratégias necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação superior e da Instituição. Tal documento serve de ferramenta para o planejamento estratégico das Instituições de Ensino Superior (IES).

O PPI conduz estratégias educacionais que visa o projeto educativo da Instituição de ensino Superior, legitimando seu compromisso com a educação superior, os aspectos éticos e sua contribuição social nos âmbitos regional e nacional, por meio do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Constitui-se numa identidade Institucional delineando o fazer científico e o projeto político pedagógico. (LIMA, 2005).

Indico que o PPI seja descritivo, balizador e norteador nos aspectos logísticos da IES vislumbrando assim o seu compromisso com um projeto educativo no que tange o exercício do princípio da liberdade de ensino, os compromissos sociais, o caráter plural da Instituição articulando a pluralidade de idéias e propostas que caracterizarão a IES.

Para Goergen (2000), o Projeto educativo é parte indissociável dos projetos sociais e culturais que o compõem a IES. Entre suas características básicas estão: identificar uma proposta pedagógica; entender o “ser humano” como foco de sua concepção; orientar-se por uma visão educativa e em um estilo de ensino-aprendizagem e a definição da missão que se concebe como princípio norteador da filosofia que compõe a proposta pedagógica.

Para elaboração do PPI se faz necessário referendar o Plano Nacional de Graduação, proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – FORGRAD; as propostas de reformulação para a educação superior divulgadas pela UNESCO por meio do documento “Tendências da Educação Superior para o Século XXI”; a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001; o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861, de 14/04/2004); além das diversas normatizações do Ministério da Educação sobre a nova ótica do ensino superior. Tais documentos poderão dar suporte na elaboração do documento.

Elenco alguns, princípios epistemológicos- filosóficos que orientam o desenvolvimento do projeto pedagógico das instituições de ensino superior baseado; nas propostas de reformulação para a educação superior divulgadas pela UNESCO por meio do documento “Tendências da Educação Superior para o Século XXI”: igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação; gestão democrática do ensino, assegurada a existência de órgãos

colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade acadêmica e representante da comunidade, garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-acadêmica; vinculação entre educação, mercado de trabalho e práticas sociais.

Visualizo nas minhas idas e vindas - pelas diversos cenários apresentados pela as IES que esses documentos citados acima não são muitas vezes referendados, não servem de âncora para a elaboração dos documentos Institucionais, daí acredita-se que esses instrumentos são meramente técnicos para se atender uma exigência ou uma normativa perpetuada pelo Ministério da educação.

Algumas inquietudes pairam sobre essas discussões, entre essas alguns requisitos primordiais que devem constar no projeto político, filosófico e teórico-metodológico que define as diretrizes práticas acadêmicas da IES. Dentre essas: inserção regional (enquanto foco Institucional e como área do conhecimento; os princípios filosóficos e teóricos metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição: os desafios, o contexto: o conhecimento como colaborador para a redução das desigualdades; políticas de ensino, pesquisa e extensão definindo suas concepções, metas e estratégias de trabalho a curto, médio e longo prazo, plano de sustentabilidades, definições de recursos financeiros; políticas de gestão (concepção; processo decisório, gestão de recursos físicos, financiamento estudantil e apoio aos estudantes, políticas de bolsa, metas de gestão; responsabilidade social (diretrizes e políticas, princípios de atuação, proposta de avaliação; política de marketing. Política de relações institucionais; políticas de Educação à distância e Políticas institucionais para cursos de graduação.

Não trago aqui, uma verdade absoluta, mas uma reflexão para os leitores pautada numa vivência de alguns anos na educação superior. Entendo que o PPI está intrinsecamente vinculado ao Plano de Desenvolvimento das IES, que soam definições para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos. Penso que as IES andam na contra mão dessa proposta. Os documentos por vezes são divergentes no que se refere às diversas políticas institucionais, não se trabalha numa perspectiva de uma mesma proposta pedagógica.

A UNESCO, no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, impinge que as IES busquem trabalhar em consonância sua política metodológica e filosófica pautando a formação de atitudes e de valores, e o desenvolvimento e domínio de conhecimentos e habilidades gerais e específicas que levem em conta a realidade local e regional, sem descuidar do caráter de universalidade do conhecimento, de sua relação com os avanços das áreas dos cursos ofertados no contexto nacional e internacional, bem como dos parâmetros e dinâmica do projeto pedagógico de cada instituição de ensino superior.

Conforme enfatizado no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, “a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos.

Nesses parâmetros dinâmicos pedagógicos são observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar, segundo o Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, tais discussões necessariamente deverá ser abordada no Projeto Pedagógico Institucional – PPI, elenco 04 (quatro) considerações fundamentais a ser seguida pelas IES na construção do documento, retirado na íntegra:

- “Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional,

bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área”;

- “Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento”;
- “Potencialidade para o desenvolvimento intelectual dos alunos, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes”;
- “Conteúdos estruturantes de diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade.”

Dessa forma o Projeto Pedagógico Institucional – PPI deverá adotar como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentada pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI.

Nessa perspectiva, a educação proporciona ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmos, capacitando-o para o exercício profissional em tempos de mudanças.

A “educação ao longo de toda a vida” organiza-se em torno de 04 (quatro) aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento:

- “Aprender a conhecer” significa, antes de tudo, o aprendizado dos métodos que nos ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório e ter, assim, acesso aos saberes de nossa época. A iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso, desde o início da vida humana a não-aceitação de qualquer resposta sem fundamentação racional e/ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos;
- “Aprender a fazer” é um aprendizado da criatividade. “Fazer” também significa criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas, para que venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores;
- “Aprender a viver juntos” significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas devem ser verdadeiramente compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, e não sofridas como imposições exteriores. “Viver junto” não quer dizer simplesmente tolerar o outro com suas diferenças embora permanecendo convencido da justeza absoluta das próprias posições;
- “Aprender a ser” implica em aprender que a palavra “existir” significa descobrir os próprios condicionamentos, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre a vida individual e social.

Os pilares do conhecimento significam a base de estruturação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI são indicadores necessários para a condução de definições de estratégias pedagógicas, administrativas e concepções de ensino. Facilita compreender que a partir desses pilares é possível se definir a metodologia, a visão e o compromisso social da IES.

A partir desse posicionamento a IES conduzirá um itinerário de estratégias ou um plano de trabalho estratégico que implicará em processos de planejamento, concepções e práticas. Um plano estratégico permite definir rumos de curto, médio e longos prazos para se planejar o futuro da Instituição.

Defino que o planejamento estratégico - conjunto de medidas com definições de metas e ações, prazos, recursos e avaliação dos procedimentos nas IES, são os princípios norteadores pautados na inovação, qualidade de formação, relacionamento institucional, empreendedorismo, processos internos e, por fim, a sustentabilidade.

Pensar na inovação aventa-se na criatividade dos atores que são os responsáveis pela condução de gerenciamento da IES, buscando gerar receitas a partir de produtos e serviços inovadores nos três pilares da educação: ensino, pesquisa e extensão. Possibilitando assim mecanismos de trabalho no tema gestão de projetos científicos e tecnológicos com o objetivo de contribuir para a adequada elaboração e gestão deste processo, através de cursos, capacitações e seminários; gerar superávit nas atividades fim que garanta o reinvestimento na formação e qualificação institucional, buscar otimização na utilização dos recursos financeiros da Instituição e firma-se como uma IES inovadora primordial para a comunidade regional e local. A inovação deverá ser um diferencial marcante e identitário.

Na qualidade de formação, faz-se necessário, investir na autonomia intelectual que impactem de maneira empreendedora nos ambientes multiculturais, no desenvolvimento da sociedade.

O papel das IES é de definir e de prover profissionais preparados para o estudo e para a atuação em todas as atividades onde se requeira a intervenção, participação, estimulando-os para o mercado de trabalho, para o compromisso social e para as novas demandas tecnológicas, científicas e laborais impingidas na atual concepção humana.

Relacionamento institucional - criar organograma horizontalizado a partir de práticas interdisciplinares e participativas com a intenção de garantir a excelência nos processos por meio do desenvolvimento de metodologias de gestão inovadoras e empreendedoras. Essa ação será balizadora para o processo ensino-aprendizagem nas IES, é a garantia de engendrar processos de relacionamento institucional com a sociedade.

Empreendedorismo deve ser pautado na confluência dos processos de desenvolvimento do pensamento, sentimento e ação da IES; é um olhar diferenciado nas ações administrativas e acadêmicas, são mudanças paradigmáticas de pensamento nas conduções das metas e objetivos delineados nas IES, levando-se em considerações a formação baseada na captação e interpretação da realidade, proposição de ações e intervenção na realidade; sensibilidade às questões emergentes do desenvolvimento de uma proposta diferenciada no ensino na área com um foco no desenvolvimento de competências para atuar com desenvoltura em ambientes globalizados de forma responsável e, sobretudo, ética e inovadora; valorização e domínio de um saber baseado no conhecimento já construído e que contemple o inédito; reconhecimento de que o aprendizado se constitui como um processo dinâmico, apto a acolher a motivação do sujeito e que contemple o desenvolvimento do próprio estilo profissional e articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Nos processos internos definem-se os processos administrativos e acadêmicos possibilitando cenários metodológicos de trabalho interno, criando fluxo intersetorias nas ações cotidianas da IES, sem grandes burocracias. O processo tem que ser dinâmico - flexível e ágil, permitindo comunicação interna satisfatória para todos os atores que constituem a IES.

A sustentabilidade dar-se-á a partir das estratégias de re-engenharias nas IES, na formação capital intelectual (humano, organizacional e da informação) de excelência; gerar receitas a partir de produtos e serviços inovadores, promovendo assim a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, por meio de investigações científico-tecnológicas e de programas Institucionais que deverão ser definidos no PPI, mecanismos de sustentabilidade em cada tripé, com objetivos, metas, ações, prazos e recurso.

Parafraseando Buarque (2003) o Projeto Pedagógico Institucional – PPI definirá em sua dimensão metodológica estratégias planejadas de forma a integrar o ensino, pesquisa e extensão à gestão administrativa, assegurando desta maneira condições necessária à consecução da missão, dos princípios, das políticas, das metas institucionais e, conseqüentemente, o cumprimento do compromisso social, que é a "produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento.

As IES não devem ser encaradas apenas como empresas que têm o objetivo de gerar renda. Há acima de tudo, uma função maior, a questão social, onde existe a preocupação em proporcionar melhorias no desenvolvimento pessoal e profissional da comunidade como um todo. Ao capacitar pessoas para exercerem cargos e funções em uma organização, além de obter vantagem competitiva, a IES está colaborando para o desenvolvimento econômico da região onde está inserida. Essa assecuramente é a maior missão das IES no Brasil.(SIMIONATTO, 1998).

III. Metodologia

O paper construído abrange diversas leituras sistemáticas na área percorrida sobre a proposta temática que tem como o principal objetivo discutir novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente. A ideia é de contribuir para os mantenedores, gestores, e todos os atores que estejam envolvidos na gestão universitária reflexões sobre o projeto político pedagógico das IES.

Para a escrita do texto foram consultados, relatórios e livros e teses. O Texto foi elaborado de forma descritiva, a partir de análises e interpretações das fontes referendadas acima.

IV. Conclusão

O PPI é resultado de um processo de construção coletiva, participativa e sistemática (permanente) de planejamento estratégico visando à construção do futuro da Instituição Dessa forma indica-se a participação de todos os atores (gestores, professores) que integram o corpo funcional da IES na elaboração do documento buscando de forma equilibrada um plano que busque atender novos desafios epistemológicos que carece de novas apreciações, novas categorias de análise, uma vez que nosso País, como centro de domínio, e a racionalidade instrumental, como essência do conhecimento, já não computam a realidade em seu movimento e complexidade que são impingidas nos novos avanços científicos.

Verifico que as IES encontram dificuldades no processo de elaboração e execução do PPI, face que o documento muitas vezes só é utilizado para atender as necessidades impingidas pelo Ministério da Educação- MEC, partes das IES seguem seus planejamentos acadêmicos e administrativos sem levar em considerações requisitos básicos que constam no PPI. Tal fato é decorrente de um documento mal elaborado, técnico e pouco orientativo para os gestores universitários.

O texto descrito serve de suporte para os mantenedores, gestores, professores, alunos, pesquisadores como instrumento norteador para elaboração e reflexão do Projeto Político pedagógico- PPI.

Registra-se que as IES revejam a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional-PPI que deve ser exequível com a realidade regional atendendo os seguintes tópicos: Características da IES, Dados de Identificação, Missão Institucional. Estrutura Organizacional, Projeto de Auto-Avaliação Institucional, Responsabilidade Social, Sistemas

de Informação e Comunicação, Relevância Social do Curso, Caracterização Regional da Área de Inserção da Instituição, Pirâmide Populacional e Perfil Epidemiológico, Concepção do Curso, Objetivos do Curso, metodologia, Perfil do Egresso, Competências e Habilidades, Estrutura Curricular Matriz Curricular Ementário e Bibliografia, Estágio Supervisionado, Atividades Complementares, Mecanismos de Avaliação, NDE, Coordenação de Curso, Docentes, Titulação Acadêmica, Experiência de Magistério Superior, Regime de Trabalho, Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso, Apoio Didático-Pedagógico aos Docentes, Organização Acadêmico-Administrativa, Organização do Controle Acadêmico e administrativo e Laboratórios.

Dessa forma, as Instituições definem suas políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional. Desse modo, a IES busca articular a qualificação técnica com a qualificação social e reafirmar sua missão na produção e na difusão do conhecimento, assim como no compromisso com o avanço e as transformações da realidade local e nacional.

A argumentação do PPI configura-se como uma previsão para que as IES se empenhem na conquista de uma qualidade de referência na área da educação superior. Esta finalidade será estabelecida a partir da avaliação dos cenários possíveis para o desenvolvimento social, para a produção do conhecimento e para culminância da aprendizagem.

Nesta perspectiva cabe, então, à comunidade acadêmica e aos gestores das IES, tornar progressivamente concretos estes ideais, pelos meios de que dispõem e dos que devem buscar, considerando, para isto, o conteúdo deste documento.

Assim, a estratégia acadêmica consiste num cruzamento de campos que conecta linguagens, confronta pontos-de-vista e possibilita novas atitudes, envolvendo professores e alunos. Implica, portanto, a produção de sujeitos com mais senso crítico, sensibilidade estética e inteligência criativa.

Por esta razão, o sujeito transdisciplinar não reduzirá os acontecimentos daí resultantes a um conjunto de padrões previamente estabelecidos. É a práxis de sujeitos humanos, conjugando reflexão e ato rigorosos, que delimita/formata campos do saber, transformando-os: “uma ação realizada pelo homem, qualquer que seja ela, que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico”. Dito de outro modo, a proposta é trabalhar as representações socialmente construídas, sempre numa perspectiva crítica e transformadora.

Todo o processo acadêmico está voltado para o fortalecimento da educação centrada na aprendizagem, na vivência de uma proposta ousada que coloca o aluno frente a situações reais de construção do conhecimento, aos desafios que exigem habilidades e competências desenvolvidas em cada projeto de ensino, tornando-o mais humano, do ponto de vista social e possibilitando, por meio de um processo de formação transformador, uma melhor preparação, do ponto de vista técnico-científico.

Espero que a leitura corrobore para mudanças de cenários na educação superior, bem como apóie as ações pedagógicas e administrativas das IES. E, que, as idéias aqui postas sirvam de reflexão e suporte para elaboração e condução do PPI para as instituições de Ensino Superior.

V. Referências

BUARQUE, Cristovam. *A universidade na encruzilhada*. Educação Superior: reforma, mudança e internacionalização, UNESCO, 2003, p. 69.

GOERGEN, P. A Avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade. Sobrinho e Ristoff. *Universidade desconstruída*. Florianópolis, Insular, 2000, p.16 e 17.

LEI DE DIRETRIZES DE BASES DA EDUCAÇÃO – LDB. Lei nº 9.394, de 20.12.1996.

LIMA, Paulo Gomes. Unha de gato em novelo de lã ou do financiamento da pesquisa científica & tecnológica no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002): **o dito e o feito no “plano real”**. (Tese de Doutorado). Araraquara/SP: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – FCLAR/UNESP, 2005.

PAULETTI, FRANZ e GUARESCHI. **O compromisso social da Universidade. IV Seminário Temático do PAIUNG. Erechim, 2000.**

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. AGGIO, Alberto. *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, UNESP, 1998, p. 38.

UNESCO, *A Educação Superior no Século XXI: visão e ação*. Universidade e Sociedade, Brasília, ANDES, n. 17, nov. 1998, p. 83 a 93.

